

Plano ^{DF} direcionará economia por quatro anos

Fotos: Lúcio Bernardo

O Distrito Federal vai ganhar um plano de desenvolvimento econômico para os próximos quatro anos. Seguindo a vocação da cidade para o planejamento, o projeto vai traçar as bases para todos os investimentos do setor público e os incentivos a serem concedidos à iniciativa privada. O estudo foi anunciado pelo secretário de Fazenda e Planejamento, Everardo Maciel, em reunião na noite de quarta-feira, na Federação das Indústrias do DF (Fibra).

O projeto, que agradou aos empresários presentes à reunião, deverá ser feito pela Secretaria em parceria com os técnicos da Fundação Getúlio Vargas. Na primeira fase, eles farão um estudo das potencialidades industriais de Brasília e, após isso, empresários, trabalhadores e o próprio governo serão convidados para audiências públicas para opinarem sobre o projeto.

“Acho que Brasília deve realçar suas atividades administrativas e a indústria não deve interferir nesta vocação, apenas lhe oferecer suporte. Por isso, vou defender uma indústria de ponta, que não modifique o meio ambiente e aproveite o potencial intelectual da população”, afirmou Everardo. Mas, segundo ele, todas estas questões serão definidas nas audiências. O secretário defende ainda que o plano deve ser concretizado pelo próximo governo, independente da linha política de quem venha a vencer as próximas eleições. “A máquina do Estado tem de funcionar, independente de mudanças políticas”, afirmou.

Queixas — Os empresários do ramo da informática que comparece-



Everardo Maciel, secretário da Fazenda, falou sobre o estudo e defendeu indústria de ponta na Fibra



Empresários questionaram o ICMS para programas de computador, imposto cobrado apenas no DF

ram à reunião, aproveitaram para cobrar do secretário uma definição tributária sobre os softwares (programas de computação) comercializados no DF. “Depois que ficou definido que em Brasília softwares são considerados produtos, passou

a incidir sobre estes programas o Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS). No entanto, em outros estados eles pagam tributos muito menores referentes ao Imposto Sobre Serviços (ISS)”, explicou o presidente da Indústria de Informá-

tica local, Eduardo Castilho. Segundo ele, quando as empresas do DF compram tais produtos para comercializá-los aqui pagam ISS e, no momento da venda, ICMS, o que acarreta imensa confusão contábil.